

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL

**RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O  
TRABALHO DO PEDAGOGO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO COLÉGIO  
ESTADUAL DO CAMPO PAULO FREIRE.**

MATINHOS

2014

EMELINE FOLADOR

**RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O  
TRABALHO DO PEDAGOGO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO COLÉGIO  
ESTADUAL DO CAMPO PAULO FREIRE.**

Trabalho apresentado como requisito parcial  
para obtenção da certificação do curso de  
especialização em Educação do Campo, Setor  
Litoral da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Ana Josefina Ferrari

MATINHOS

2014

## **RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DO PEDAGOGO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PAULO FREIRE.**

Emeline Folador<sup>1</sup>

Universidade Federal do Paraná

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo a reflexão sobre a atuação do pedagogo na efetivação da gestão democrática no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire. Apresenta num primeiro momento um resgate da gestão democrática a partir da década de 80. Demonstra como ocorreu o processo de instauração da gestão democrática nas escolas públicas e como se efetiva no interior destas. A partir do relato de experiência busca construir um elo entre o papel do pedagogo e a gestão escolar. Conclui que o pedagogo pode contribuir o processo de efetivação da escola com um espaço de construção da democracia através da possibilidade de participação dos sujeitos envolvidos no processo de pedagógico.

Palavras-chave: educação do campo, gestão democrática, instâncias colegiadas, participação.

### Introdução

O termo gestão democrática foi utilizado no Brasil na década de 80 a partir do processo de redemocratização que o país vivenciava naquele período. Nesse período, foi reativado o grêmio estudantil e os conselhos passaram a fazer parte da organização das escolas. Estas instâncias foram retomadas no sentido de dar vez e voz à comunidade. Nesta década a democracia é resultado das lutas dos diferentes movimentos pelo fim da ditadura.

Já na década de 90 a questão da gestão democrática vem sendo reforçada pelo estado neoliberal como tentativa de diminuir o papel do estado em relação ao público. Nesse período é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases – 9394/96. Esta lei aponta que a gestão democrática deve ser utilizada nas escolas públicas.

14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os

---

<sup>1</sup> Pedagoga do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire. Aluna do curso de especialização de Educação do Campo, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Este trabalho foi produzido sob orientação da professora Ana Josefina Ferrari.

seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 2008).

Esse processo tinha como objetivo uma desresponsabilização do estado e uma crescente autonomia as comunidades escolares. Esse processo, também refletiu no estado do Paraná, que através de uma proposta de democratização joga sobre a escola cada vez mais responsabilidade sobre recursos financeiros.

Apesar dessa lógica neoliberal, temos hoje nos documentos do colégio a gestão democrática como a gestão adequada a escola pública. E essa forma de gestão proporciona a comunidade escolar a participação na utilização de recursos financeiros da escola pública, bem como de sua organização pedagógica.

Hoje a gestão democrática, expressa na lei e nos documentos do colégio, possibilita-nos um espaço de construção de cidadania dos sujeitos que fazem parte do processo pedagógico, ou seja, a comunidade escolar como um todo.

## UM RELATO, ALGUMAS REFLEXÕES...

Para iniciar este relato é preciso situar de que lugar estamos falando, qual o contexto histórico em que estes sujeitos estão inseridos, por que obstáculos passaram e superaram e quais ainda precisam ser superados. “Olhar esses vários momentos da história é possibilitar um olhar de processo e entender a história como inacabada, em permanente movimento. Esse movimento não é dado. É construído a partir de um processo de reflexão e luta” (VARGAS e SCHWENDLER, 2003, p. 17)

A comunidade em que está inserida a escola, da qual falamos, é resultado da ação de “sujeitos políticos coletivos, não pedintes, mas exigentes de políticas públicas” (ARROYO, 2006, apud SOUZA, 2006, in PAGLIA, 2010).

A história do Assentamento Missões se iniciou no ano de 1996 quando agricultores do Movimento Sem-Terra e do Sindicato de Trabalhadores Rurais ocuparam duas propriedades improdutivas que estavam em posse de bancos. Foi um período de

dificuldades e lutas. Quase dois anos de ocupação veio o decreto de desapropriação e a emissão da posse.

Durante essa luta também esteve presente a preocupação pela educação das crianças. Foi iniciado o trabalho com os alunos logo nas primeiras semanas do acampamento, haviam aproximadamente 74 crianças que precisavam de estudo. Organizaram a escola, primeiro nos barracos de lonas, depois em uma pequena casa de madeira que havia na propriedade.

A organização da comunidade, entre elas acampamento em frente à prefeitura, hoje resultou num prédio escolar que atende a aproximadamente 300 crianças, oriundas de 12 comunidades, da educação infantil ao ensino médio. Neste prédio funcionam duas escolas: uma municipal, Escola Municipal Irmão Cirilo, que atende alunos da educação infantil até o 5º ano e outra estadual, Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, que atende do 6º ano até o ensino médio.

Este é um pequeno retrato da história de sujeitos políticos coletivos que conquistaram através da sua luta um pedaço de terra, uma escola para os filhos, entre outras coisas. E estes sujeitos ainda vivem das lutas.

No ano de 2012 iniciamos o trabalho no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, localizado no Assentamento Missões, em Francisco Beltrão. Essa foi nossa primeira experiência com educação do campo, um contexto novo, com suas especificidades.

Antes de chegar a escola tínhamos um pré conceito do que encontraríamos pela mesma ser localizada dentro de um assentamento, sabemos que o movimento utiliza místicas e tem uma educação direcionada de formação para os sem-terra.

Ao nos depararmos com a rotina da escola percebemos que não há muita diferença das demais, visto que hoje a mesma não atende apenas alunos filhos de assentados. Conforme relatos de professores que participaram do início do assentamento, no começo eram realizadas as místicas, a ligação dos conteúdos com a luta pela terra. A mudança ocorreu pelo preconceito existente sobre os assentados e a escola precisou se adequar para atender estes alunos.

Mas há uma grande diferença das escolas que estão situadas na cidade é a relação da mesma com a comunidade. Esta relação é mais próxima e muitas conquistas da escola são resultados da influência dos assentados na luta pela educação para seus filhos.

E esta é a temática que pretendemos relatar e refletir a partir da realidade do Colégio Estadual do Campo Paulo Freire: a participação da comunidade escolar, a gestão

do colégio e o papel do pedagogo nessa relação para a efetivação de uma educação do campo de qualidade.

A participação de todos no colégio possibilita compreendê-lo como um espaço democrático, e é função do pedagogo buscar cada vez mais criar relações democráticas no ambiente escolar. Bem como possibilitar que cada um possa expressar suas opiniões na construção de uma educação de qualidade.

Percebemos que por estar mais em contato com os alunos essa relação tinha que ser fortalecida. Assim iniciamos um trabalho como o Grêmio Estudantil que já existia na escola, mas precisava ser realizada nova eleição da diretoria.

Então propomos uma formação para todos os estudantes sobre a história do grêmio estudantil, a partir dos movimentos estudantis. Nesse momento, cada aluno pode compreender o processo histórico da luta por democracia e qual a real função do grêmio. Com este trabalho tínhamos como objetivo que os alunos se interessassem pelo processo histórico dos movimentos e pudessem perceber que fazem a diferença participando ativamente das atividades do colégio.

A partir da formação com os alunos iniciamos a construção do processo eleitoral. Fizemos a divulgação em cada sala como funcionaria as eleições, quem poderia se inscrever, qual a função do grêmio. O processo eleitoral teve as seguintes etapas: inscrições das chapas com a elaboração do plano de ação de cada uma, divulgação em sala de aula, apresentação das propostas aos demais alunos e votação.

No decorrer do processo percebemos o envolvimento dos alunos e como a questão política presente fora da escola se reproduz no ambiente escolar. Foi necessário interferências sobre a ética que deve existir dentro de um processo eleitoral. Sentimos que todo o processo serviu para a construção do entendimento da democracia para cada educando. Para BORDENAVE (1994, p. 61) “a participação escola-comunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática.”

Para o dia da eleição preparamos os mesários, fiscais das chapas, cada um recebeu as informações sobre a sua função. A sala foi preparada para que, cada um pudesse vivenciar o processo eleitoral. Cédula, urna separada, lista de assinatura, contagem de votos, divulgação do resultado. Dessa forma cada aluno pode exercer seu direito de escolha e de voto. E com a chapa eleita precisava começar o trabalho. Organizamos uma reunião com a chapa eleita para organizar o trabalho do grêmio e ressaltar a sua importância na gestão democrática na escola.

Pela dinâmica do ambiente escolar muitas vezes não conseguimos trabalhar como gostaríamos com os alunos do grêmio estudantil, mas procuramos incentivar a participação deles na gestão da escola, são chamados para reuniões com os demais órgãos colegiados.

Este trabalho com o Grêmio Estudantil esta apenas no começo, mas é muito importante para que os alunos tenham uma experiência do processo eleitoral e do exercício da cidadania.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. (FREIRE, 1996, p. 113)

O trabalho realizado com os alunos ainda é pequeno na construção de uma democracia efetiva dentro do espaço escolar, são passos pequenos que contribuem para que o processo democrático seja internalizado por cada um e que com este processo cada educando possa fazer a diferença na escola e na comunidade.

O grêmio estudantil é apenas uma das instâncias que representam a comunidade escolar e fazem parte da efetivação da gestão democrática na escola. Ainda há o Conselho Escolar, órgão máximo da escola, que tem representação de toda comunidade, é presidido pelo diretor. A formação do conselho se dá através de eleição. Cada segmento escolhe seus representantes.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), a eleição é realizada por meio de assembleia onde já existem chapas montadas. A APMF tem recursos próprios que auxiliam nos gastos da escola.

Quando há reuniões sempre são convocadas todas as instâncias para discutir e deliberar sobre os assuntos referentes ao colégio. Analisando esta forma de organização possibilita que todos saibam o que está acontecendo e possam contribuir com as problemáticas expostas.

Sentimos que o colégio tem dificuldade para conseguir pais para trabalhar fora da comunidade onde a escola está situada. Contudo, aqueles que assumem este trabalho, quando chamados se fazem presentes na escola, tanto para decidir sobre recursos financeiros como na tomada de decisão das ações pedagógicas da escola. Percebemos que estão sempre próximos a escola e se preocupam para que ela continue conquistando recursos que melhorem o andamento das atividades escolares.

Estes pais também percebem que há necessidade de uma participação maior de

todos na escola, pois acreditam que a presença melhoraria o processo de ensino-aprendizagem, bem como a utilização dos recursos do colégio.

Parafraseando PARO (2004, p. 16) a participação da comunidade na gestão da escola pública encontra muitas dificuldades, então é necessário que se promova a participação.

A promoção da participação é um dos objetivos que está expresso no Projeto Político-pedagógico do colégio, onde se tem como base da gestão a participação.

Gestão democrática é o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham. Ainda, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações, tendo como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (PPP Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, 2011, p. 21)

Notamos que no seu projeto a escola defende a participação de todos nas decisões da escola. E parte do princípio que esta gestão deve estar baseada no trabalho coletivo de todos os segmentos da escola.

Após esse relato observamos que o trabalho desenvolvido busca avançar na questão da mobilização para que todos participem da escola. Ainda, se encontram obstáculos para que a gestão da forma como desejamos e entendemos como ideal aconteça.

Apesar dos obstáculos encontrados, observamos que o papel da equipe pedagógica frente as instâncias colegiadas ocorre através da mediação, de fazer ser ouvidas as outras vozes da escola.

O papel do pedagogo surge paralelo a essas novas exigências e dentro dos princípios de uma gestão democrática, buscando-se um profissional que tenha como referências a ética profissional, atitude investigativa e a flexibilidade, pois em sua prática pedagógica deve considerar a questão cultural que compõe o universo a ser trabalhado, pois poderá assim dar ênfase na dimensão social e humana que o universo escolar está contextualizado, organizando melhor a escola enquanto ambiente educativo. (MARTINS, 2014, p. 4)

Conforme nos aponta Martins, o pedagogo deve estar atento em sua prática de uma forma que suas atitudes contribuam para o processo de melhoria do processo de ensino. Buscamos em nossa prática demonstrar aos educandos e as demais participantes da gestão o entendimento de que cada voz ali é muito importante no processo de construção de uma educação do campo de qualidade.

Analisamos que a escola por essência é um espaço de luta e transformação, pois dentro dela se move o conhecimento, e este é a maneira pelo qual o ser humano se torna de fato um ser consciente de suas atitudes e ações na sociedade em que vive.



O papel das instâncias colegiadas na escola é uma das vias de efetivação da gestão democrática, por meio delas a comunidade escolar tem lugar em algumas discussões referentes à educação. Da mesma maneira quando ocupa este espaço com consciência, que vem pelo conhecimento, consegue agir e atuar na gestão fazendo a escola pública lugar de efetivação do interesse coletivo.

A escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar. E isso só se garante pelo controle democrático da escola, já que, por todas as evidências, conclui-se que o Estado não se tem interessado pela universalização de um ensino de boa qualidade. (PARO, 1997, p. 17)

É nesse contexto que o papel do pedagogo é de fortalecimento da participação. Entendemos que na gestão da escola temos um espaço de direito e de luta por uma educação de qualidade e de uma sociedade realmente democrática e participativa.

Enquanto educadores, atuantes na formação dos sujeitos, não podemos deixar de garantir o espaço de participação do coletivo, defender o interesse da classe trabalhadora. “Ela é a possibilidade de fazer política no espaço público, portanto não condiz com a miséria, com a violência, com a desigualdade. Portanto, não é amasiada, amante ou mulher do capitalismo” (LIMA, 2006, p. 69)

Portanto, defendemos a gestão democrática da educação do campo como necessária aos sujeitos que lá vivem. Devemos continuar o trabalho de formação com os alunos do grêmio estudantil, de incentivo da participação de todos nas decisões tomadas pela escola, na defesa de uma escola pública e de qualidade para os povos do campo.

Com isso fortalecemos a educação do campo, enquanto uma educação voltada para as necessidades do sujeito do campo e para a tomada de consciência necessária para que este sujeito possa transformar esta realidade num espaço justo para todos.

## CONCLUSÃO

Através deste trabalho buscamos refletir sobre a atuação do pedagogo no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire na construção do processo democrático, que acontece através da participação das instâncias colegiadas. Refletimos que o pedagogo tem fundamental importância quanto ao incentivo à participação de todos.

Analisamos que ainda temos obstáculos, que se fazem presentes na efetivação da democracia no colégio, como vemos também esta dificuldade em outros

estabelecimentos.

Contanto com a atuação do pedagogo no colégio construímos espaços para que a democracia comece a fazer-se presente, através da conscientização dos alunos, da oportunidade de ser ouvido e poder contribuir com os rumos que a escola pode seguir. São passos que damos para a efetivação de uma gestão democrática e uma educação de qualidade para o campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, 2006, apud SOUZA, in PAGLIA, E. C. (org). **Práticas pedagógicas em educação do campo**. Curitiba: UFPR, 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da República Federativa, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. 8 edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO PAULO FREIRE. **Projeto Político Pedagógico**. Francisco Beltrão, 2011.

ZFREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

LIMA, A. B de. **Democracia ou democracias?** In. LIMA, Antonio Bosco de (org) Políticas Educacionais do Estado do Paraná: qual democracia? Cascavel: Edunioeste, 2006.

MARTINS, S. M. **O Pedagogo e a organização de grêmio estudantil atuante política e pedagogicamente**. Disponível em:

<http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=41>.

Acesso em 04/04/2014

PARO, V. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

VARGAS, M. C. e SCHWENDLER, S. F. (orgs). **Escrevendo nossa luta, nossa história.**  
Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003.